



Temporalidades da conversação pública entre Governo e Cidadão numa sociedade mediatizada¹ **Temporalities of the public conversation between Government and Citizen in a mediatized society**

Marcelo Igor de Sousa²

Palavras-chave: mediatização; política; e-governo; conversação pública; governo federal brasileiro.

Os primeiros anos da década de 2010 são de consolidação do uso da internet no Brasil, com a disseminação da banda larga e do acesso aos meios móveis, o que possibilita a conexão permanente e a difusão em tempo real. Além disso, o uso das redes sociais reconfigura a produção e o compartilhamento de conteúdos, além de subverter, em muitos momentos, o status de referência de produção dos meios tradicionais. A comunicação e a interação com o suporte da Internet ocupam espaços prioritários no ambiente da mediatização, com destaque para as possibilidades conversacionais em rede. Espaços de mediação, como o jornalismo, são profundamente modificados e, no caso particular desta pesquisa, o campo político passa por profundas alterações cujas dinâmicas estão sendo acompanhadas em tempo real.

¹ Trabalho apresentado ao II Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS – 8 a 12 de abril de 2018.

² Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), na linha de pesquisa Mediatização e Processos Sociais (2014-2018). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG), (2010 - 2012). Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), (2007-2010), e licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), (2003-2006). Desde 2013 exerce o cargo de jornalista na Secretaria de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Grupo de Pesquisa Mediatização e Processos Sociais. marceloigors@gmail.com



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Mecanismos que promovem a porosidade nos governos são instrumentos essencialmente comunicacionais e de conexão em rede, eles podem conferir legitimidade e sustentar os contratos de representatividade, a partir de aberturas à participação cidadã. Atores políticos assumem o espaço conversacional como novos palanques de acesso mais amplo e de constituição independente da mediação jornalística; cidadãos se mobilizam e compartilham informações; mobilizações são, totalmente ou em parte, organizadas no contexto de internet e das redes. E as redes sobrepostas geram um sistema comunicativo de governo, mais apto à aceitação e configurado em uma sociedade em mediação. Identifica-se que, a partir das redes digitais, ampliam-se as possibilidades de participação e de ações próximas a uma deliberação na democracia representativa.

As redes podem ser caracterizadas como espaço de expressão pública de alcance potencialmente alto para a circulação comunicacional por meio desse interagente. Para além dos aspectos de potencial difusão de conteúdo, o cidadão também tem o poder de construção de redes com seus semelhantes, em relações baseadas na relativa autonomia em relação aos governos, às empresas e às instituições de mídia. Enfim, ir além das fronteiras rígidas de tempo e de espaço, como é próprio da Internet, demonstra-se uma característica importante do digital em rede que impacta na definição de uma política dos internautas. Os usos das redes têm demonstrado a existência de um cidadão diferente que, em situação de participação e interação, pode cobrar proximidade e tempo de resposta de seu representante eleito.

No turbilhão dessas mudanças é que está situado o período de dois mandatos de Dilma Rousseff no Governo Federal (2011-2014 e 2015-2016), incluindo o inter rompimento antecipado. O Governo recorre às novas práticas interacionais e é acionado e demandado por elas. E é justamente a análise da presença e movimentação desse governo no ambiente comunicacional particularmente conectado e em rede que situa o interesse da pesquisa.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

1. Angulações de pesquisa

Os governos desenvolvem, em sua atuação política, várias ações comunicacionais, numa temporalidade e formas de gestão distintas, além das conjunturas particulares. Criam estratégias para fazer a política funcionar pelo viés da comunicação. Nesse sentido, o campo acadêmico da comunicação tem um papel importante de análise crítica sobre essa atuação, na contribuição para o aperfeiçoamento reflexivo e para, em aspectos práticos, o aperfeiçoamento da própria democracia. É realizado, portanto, como é praxe nas pesquisas em mediatização, um trabalho sistemático de descrição, de apresentação de eixos e contornos, de visualização de indícios e de fundamentação da observação. Afirma-se, ainda que de forma heurística, que nos materiais podem-se visualizar complexas práticas, tecnologias, protocolos e contratos de funcionamento que refletem o contexto atual de sociedade em vias de mediatização.

A investigação motivadora da escolha da temática se encaminha para o teste da qualidade da atuação desse Governo, ressaltando que diversos elementos, entre conjunturais e característicos da democracia brasileira, contribuíram como entraves nesse teste à qualidade da atuação comunicacional de conversação e fomento à participação do Governo Federal Brasileiro durante o período em questão em dois momentos específicos que chamamos de circuitos devido ao seu formato dinâmico e interligado: a) nas jornadas de junho, em 2013; b) nas manifestações contra o governo, em março/ 2015. Dinâmicas da circulação do político em um processo de mediatização são tratadas nas descrições dos empíricos, entendendo as características do conversacional como elemento do comunicacional e da participação como elemento essencial do exercício da cidadania é que o trabalho se propôs a ir a campo.

2. Casos em estudo

Os dois momentos selecionados do contato entre Governo Federal e Sociedade são caracterizados pela demanda suscitada em sociedade e diante de uma cobrança



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

realizada em circunstâncias da ambiência da mediatização em seu estágio bastante caracterizado pelo incremento do digital. No entendimento do amadurecimento da democracia representativa brasileira, tais demandas cobram uma resposta da parte da gestão, em vista do estabelecimento de uma conversação pública. A seguir, serão descritos alguns elementos desses circuitos.

a) jornadas de junho, em 2013;

No caso de Junho de 2013, a chamada correntemente “voz das ruas” representou uma demanda diferenciada desse governo, numa conversação pública dispersa e caracterizada pela mobilização via redes e com o uso disseminado das possibilidades de transmissão ao vivo e de repercussão pelas redes sociais. O Governo empreendeu, tentativamente, uma resposta que contemplasse alguns aspectos de resposta a essa “voz das ruas”, com pronunciamento oficial da presidenta e indicação de um pacto diante do que se absorveu como prioridades apresentadas pelos manifestantes. Foi lançado, também, um site participativo de captação de respostas da juventude, o Participatório.

Comentando o caso das Jornadas de Junho, Eugênio Bucci afirma um deslocamento provocado pela era do digital na relação com as temporalidades da vida social:

[As autoridades] não viam que, no âmbito da sociedade civil, o intervalo entre a ideia e o ato tinha diminuído drasticamente e para sempre. Não viam que essa diminuição havia se dado apenas no âmbito da sociedade civil, não no âmbito do Estado. Esse era o maior problema que elas teriam de enfrentar. (BUCCI, 2016. p. 70)

b) manifestações contra o governo, em março de 2015

No início de 2015, há os aumentos de preços e tomadas de posições destoantes do discurso que recém havia dado a reeleição ao Governo. Isso gera, em termos quantitativos, índice de queda na aprovação de Dilma . A presidenta realiza pronunciamentos em cadeia de TV, o que gera protestos em tempo real, os painelaços, e



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

um posterior pronunciamento pela Internet, o que, segundo alguns, seria para fugir da fúria da resposta imediata no horário do broadcasting. Nesse momento já existe, de forma bem ruidosa, o discurso do impeachment e as bem midiáticas fases da Operação Lava-jato.

Tudo isso é caldo para grandes manifestações, tendo 15 de março como principal mobilização de rua nas capitais e nas grandes cidades. Como resposta, o Governo coloca dois ministros para uma fala em formato de coletiva de imprensa, poupando a presidenta que é cobrada a se pronunciar, o que acontece posteriormente. Durante os dias seguintes, um documento interno da Secretaria de Comunicação é vazado para a imprensa, no texto se pode ler uma radiografia da comunicação, em termos de uma derrota no ambiente das redes e uma síntese das falhas na conversação pública.

3. Análise

Estado e Sociedade conversam em tempos diferentes, que podem ser mais bem percebidos nos picos destacados em síntese. O contato da máquina estatal com a dinâmica conversacional em rede é colocado em prova. A sociedade conectada demanda respostas cada vez mais rápidas dos entes governamentais. E a defasagem se apresenta em temporalidades, linguagens e interesses. Para Eugênio Bucci, os atores políticos: “aprisionados aos ritos processuais da máquina estatal, foram surpreendidos com o incremento da velocidade de formação da vontade e da opinião dos cidadãos em sociedade”. (2016. p. 71). O tempo em que as respostas são exigidas nos espaços digitais é sempre mais rápido que a proposta de respostas por parte das estruturas governamentais.

O governo e seus atores políticos, em muitas situações apresentadas, demonstraram viver em uma era histórica diferente daquela em que se localizava a sociedade. Governo estava numa realidade de diários oficiais, da palavra impressa, em descompasso com a sociedade em realidade de comunicação em rede, do ao vivo e do digital (BUCCI, 2016). O ambiente da palavra escrita, no qual se inscreveu na sua maior



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

parcela de tempo o Governo, preza pelo público instruído, no caso da participação, é um contato com o cidadão especializado, ou seja, aquele já ambientado com o discurso de políticas públicas e da argumentação racional. O transbordamento das ruas e as consequências posteriores mostram que o cidadão quis participar apenas pelo veio da argumentação racional.

As duas temporalidades apresentam de forma mais nítida suas diferenças nos extravasamentos. É preciso falar de uma conversação pública a partir do digital e do contexto de redes. Um descompasso entre sociedade e Estado fica mais evidente e, com a expansão da midiatização, ficam mais acessíveis modos em que essa sociedade apresente sua insatisfação em relação a isso. A conversação pública cada vez mais informal segue contestando os processos não atualizados do Estado. As brechas são preenchidas, pelos cidadãos, com participações e conversações de rompantes, protestos, gritos e pannels. Nos casos em questão, “o Estado demorava demais para entender e responder às insatisfações sociais que, sem ter para onde escoar, explodiam na forma de clamor material. O governo tardava” (BUCCI, 2016. p. 80). A sociedade interpela, mas a resposta do governo, diante da nova temporalidade assentada sobre as redes sociais digitais, vem atrasada – ou não vem.

Observando especificamente os processos tentativos propostos pelo Governo Federal Brasileiro durante os dois períodos em questão, podemos dizer que, de certo modo, foi buscada uma incursão nas estratégias possibilitadas pelas novas tecnologias e que o Governo tentou, de alguma forma, se utilizar do percurso de participação e diálogo acumulado pelo Partido dos Trabalhadores, mas a velocidade da demanda e o amparo nos modos tradicionais de promover o diálogo e a conversação pública não foram suficientes para uma relação satisfatória. Vale ressaltar o papel dos contextos e das conjunturas desfavoráveis desse período específico, como crises, crescimento de uma oposição raivosa e aceleração de um conservadorismo.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

4. Palavras finais

Diante da constatação das mudanças na forma de diálogo e de participação na relação Governo e Sociedade, é preciso uma análise crítica sobre a possibilidade de até que ponto superar as burocracias estatais, dentro dos limites das regras políticas. Afirma-se, potencialmente, o entendimento de uma “nova política” após a assimilação do digital pelo campo político. É preciso perguntar, como fez Eugênio Bucci: “Estaria o Estado ainda preso a ritos e processos lentos, que não recepcionariam a presteza das redes interconectadas da era digital, definidoras de uma nova temporalidade na esfera pública?” (2016. p. 35).

Referências bibliográficas

AB’SABER, T. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.153p.

BRAGA, J.L. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A.S; ARAÚJO, D; BRUNO, F. (Orgs) **Imagens, Visibilidade e Cultura Midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BUCCI, E. **A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 176 pp.

CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

FAUSTO NETO, A; MOUCHON, J., VERÓN, E. (Orgs). **Transformações da mediatização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012.

FAUSTO NETO, A. O deslocamento do boné. **Revista ECO-Pós**, [S.l.], v. 6, n. 1, jan/jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1142/1083>. Acesso em: 10 jan. 2017.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

FAUSTO NETO, A. Dos circuitos à sentença: o impeachment de Dilma Rousseff no espaço da circulação mediatizada. *In: Revista **Inmediaciones de la Comunicación***. Revista de la Escuela de Comunicación, Facultad de Comunicación y Diseño v. 11, Universidad ORT Uruguay: Montevideo, 2016. p. 97-111.

GOMES, W. **A política na timeline**. Crônicas de comunicação e política em redes sociais digitais. Salvador: Edufba, 2014.

SLIMOVICH, A. El Facebook de los gobernantes. El Caso de Cristina Fernandez Kirchner y de Mauricio Macri. *In: CARLÓN, M. FAUSTO NETO, A. (Orgs). **Las Políticas de los internautas**: nuevas formas de participación*. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012. p. 137-154.